

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Alberto Richa
Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

E COORDENAÇÃO GERAL
Cassio Taniguchi
Secretário

**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES**

Gilmar Mendes Lourenço
Diretor-Presidente

Emilio Kenji Shibata

Diretor Administrativo-Financeiro

Julio Takeshi Suzuki Júnior

Diretor do Centro de Pesquisa

Daniel Nojima

Diretor do Centro Estadual de Estatística

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti

Supervisão editorial

Léia Rachel Castellar

Diagramação

Estelita Sandra de Matias

Revisão de texto

Stella Maris Gazziero

Projeto gráfico

O PARANÁ E OS 40 ANOS DO IPARDES

*Gilmar Mendes Lourenço**

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) foi criado em 07 de junho de 1973, com o objetivo de facilitar o entendimento e a interpretação das profundas mudanças que aconteciam na economia e na sociedade estadual, além de subsidiar a formulação e acompanhar e avaliar a execução das políticas de governo e das estratégias dos demais agentes sociais, inclusive da iniciativa privada.

Naquela época, ocorria uma mutação na imagem produtiva e social do Paraná como resultado da revolução infraestrutural da década de 1960, amparada na retaguarda financeira, formada pela dobradinha entre a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar) e o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e inspirada no Estudo 40 da Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado (Pladep), preparado em 1961.

O FDE foi instituído através da lei 4.529 de 1962, junto com a Codepar, transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badeb), em 1968. Posteriormente, alguns aspectos do FDE foram alterados pelas Leis 5.515, 5.716, 5.792, 5.874, 7.429 e 9.607. O fundo possibilitava a participação acionária do Estado em projetos estratégicos, por meio da integralização de ações preferenciais sem direito a voto. O FDE aportou 49% do capital inicial das companhias multinacionais Phillip Morris e Volvo, atraídas para o Paraná nos anos 1970.

Por ocasião de sua criação, o fundo representava um verdadeiro orçamento paralelo para investimentos governamentais e financiamento de projetos privados, livre das influências políticas diretas na alocação dos haveres públicos. O montante de recursos do fundo era constituído por um adicional de 2% sobre a alíquota de 4,5% do Imposto sobre Vendas, Consignações e Transações (IVC), antecessor do ICM de 1967, atual ICMS.

Assim, com mais de dez anos de retardo em relação ao Plano de Metas, do presidente Juscelino Kubitschek, um autêntico choque de desenvolvimento aplicado no País entre 1956 e 1960, o Paraná começou a se despojar dos traços exclusivos de uma fazenda de café e um conjunto de serrarias para exercer o papel de uma economia agrícola e industrial.

* Economista, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Ademais, o Estado passou a compor a unificada geografia econômica brasileira e a se integrar ao resto do mundo graças ao bloco de investimentos em transportes, energia, telecomunicações e armazenagem. Lembre-se que aquele conjunto de inversões propiciou também a conexão interna entre os três Paranás: o tradicional, do sul, baseado na pecuária, na erva-mate e na madeira; o gaúcho, do oeste e sudoeste, dominado pelo setor rural pouco vinculado ao mercado; e o paulista, do norte cafeeiro.

Adicionalmente, o Paraná encaixava-se, de forma plena, na etapa conhecida como milagre econômico, vivida pelo País entre 1968 e 1973, e no estágio de radicais alterações na base técnica de produção da agricultura, denominada “industrialização do campo”, caracterizada pela entrada da soja e do trigo e pela implantação das atividades a montante e a jusante do complexo rural.

Depois disso, o Estado reproduziu, no segundo quinquênio dos anos 1970, a complementação da industrialização por substituição de importações brasileira, contida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), do presidente Ernesto Geisel, absorvendo fração substancial das inversões públicas e privadas, direcionadas à desconcentração induzida ou espontânea do crescimento do parque fabril da nação da área polarizada pela Grande São Paulo. Tratou-se do momento em que o Estado instalou e consolidou a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), modernizou os complexos cimenteiro e de papel e celulose e implantou a Refinaria de Petróleo da Petrobrás em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Na década de 1980, considerada perdida pelos economistas, o Paraná acusou o elenco de percalços registrado pelo País, fruto do esgotamento do padrão de financiamento do paradigma substitutivo de importações, especialmente com a falência do setor público, a cessação dos fluxos financeiros externos, com a crise da dívida, e a forte aceleração da inflação que, de maneira conjugada, representaram a fatura encaminhada pelo modelo de desenvolvimento concentrador de renda.

Acrescente-se que, naquele período, as atividades de planejamento do Estado passaram a incorporar a nova realidade exposta pelos indicadores populacionais, levantados pelo Censo Demográfico 1980, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As estatísticas censitárias provocaram enorme inquietação nos meios governamentais, pois apontavam volume populacional aproximadamente 30% abaixo da projeção feita pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), que havia servido de base para a formulação do Plano de Governo Ney Braga, para 1979-1982, o último antes do regresso das eleições diretas.

Mais que isso, os números do IBGE sinalizavam que o território paranaense deixava de ser a “terra de todas as gentes”, ou das mais de 30 etnias sublinhadas por Temístocles Linhares, nos anos 1950 e 1960, e começava a expulsar população das áreas rurais para os centros urbanos de médio e grande porte e para fora dos limites do Estado, devido às imposições de pronunciado ajuste no mercado de trabalho agrícola, associadas aos efeitos da mecanização das lavouras, agravados pela geada negra de 1975 que praticamente dizimou a cafeicultura.

Durante a década de 1990, o Paraná respondeu à metamorfose do marco institucional brasileiro, centrada na liberalização comercial e financeira, nas privatizações, na desregulamentação e no fim da

superinflação, com o lançamento e implementação do Plano Real. Na primeira parte do período, o Estado buscou preservar os investimentos em infraestrutura, notadamente transportes e energia, e, na segunda, deflagrou um arrojado programa de atração de investimentos, acoplado à restauração do curso de desconcentração industrial do País.

Tal encaixe delineou novo salto quantitativo e qualitativo da matriz produtiva do Paraná, tendo como eixos a indústria automobilística – composta por grandes plantas montadoras e uma rede de fornecedores predominantemente internacionais – e eletroeletrônica, o complexo madeireiro-papeleiro e o agronegócio, este com forte presença e participação das cooperativas.

Nos anos 2000, o Estado observou acentuado arrefecimento do processo de diversificação da base de geração de renda e emprego, em face, fundamentalmente, da substituição das ações institucionais planejadas por uma espécie de improvisação emocional, amparada na retórica de terra arrasada pela anterior penetração das práticas recomendadas pelo Consenso de Washington, mais conhecido como cartilha do neoliberalismo.

Os exemplos patéticos e práticos dessa postura foram a combinação entre deterioração da infraestrutura, perda de investimentos privados e enfraquecimento da interferência política na órbita federal, ao lado de tímida evolução nas estatísticas sociais, que mantiveram o Paraná na rabeira entre as unidades da Região Sul e do Sudeste do Brasil, nos principais indicadores de qualidade de vida.

No momento atual, ápice da terceira revolução industrial, o Estado vem reconstruindo os pilares do planejamento de longo prazo, a partir da busca intransigente do estabelecimento de referências futuras para as escolhas dos atores sociais e do encurtamento da distância entre o presente e o futuro desejado. Para tanto, há a conformação de um ambiente de permanente diálogo entre governo e demais instâncias representativas da sociedade, na direção da recuperação de uma vontade de desenvolvimento e da ativação dos mecanismos e instituições capazes de viabilizá-la e até apressá-la.

Como consequência, o espaço regional vem abrigando expressiva carteira de projetos de implantação, expansão e modernização de linhas de produção fabris – dirigida à otimização, diversificação e inserção externa das diferentes cadeias produtivas – e liderando o *ranking* nacional em crescimento da abertura de postos de trabalho mais nobres, sobretudo no setor industrial localizado fora da RMC.

Rigorosamente, em todos os trechos dessa tortuosa jornada de 40 anos rumo a um arranjo desenvolvimentista para o Paraná, o qualificado quadro de funcionários do IPARDES garantiu, com excelência e independência técnica, a produção de dados, informações e indicadores, conjunturais e estruturais, e a elaboração de consistentes estudos (abrangentes e restritos) – nas áreas agrícola, industrial, de serviços, social e ambiental –, alguns bastante polêmicos por sinal, voltados ao apoio da montagem de diretrizes, programas e projetos do setor público e dos exercícios de tomada de decisões privadas.

Essa nobre – ainda que por vezes pouco perceptível – tarefa contribuiu para a maximização das tendências favoráveis, o aproveitamento de oportunidades e a negação dos cenários indesejáveis, bem como para a subsequente superação de barreiras nada desprezíveis ao desenvolvimento regional, em aderência com as prioridades acordadas politicamente, por diferentes governos, com a sociedade paranaense.

Dentre as várias personalidades dos meios econômico, político e de formação de opinião que marcaram a história e trajetória do IPARDES, cumpriria destacar o Dr. Nivaldo Kruger, pela

identificação do tempo político adequado para o encaminhamento do projeto de lei de criação do Instituto, e os professores Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho e Ário Taborda Dergint de Rawicz, pelo oportunismo acadêmico e capacidade de convencimento do governador Pedro Viriato Parigot de Souza, para pronto encaixe do órgão no pensamento das questões cruciais do Estado.

Méritos semelhantes devem ser creditados a Belmiro Valverde Jobim Castor e Arnaldo Nascimento Rebelo, pela defesa intransigente do papel prospectivo da Instituição; a Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque e Carlos Artur Kruger Passos, pela percepção da necessidade de revisão de rumos, correção de rotas e promoção de mudanças nos procedimentos de compreensão e intervenção na realidade estadual; e ao jornalista Luiz Geraldo Mazza, por sintetizar a postura crítica da sociedade regional, absolutamente essencial à sobrevivência de uma entidade de pesquisa encarregada de captar os traços relevantes da atmosfera econômica e social de um estado.